

URBANIZAÇÃO, HABITAÇÃO E SEGREGAÇÃO: a formação de territórios populares na cidade de São Paulo (1920-1950)

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de produção do espaço urbano

BARBOZA, Livia Mendes

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

liviabarboza06@gmail.com

CESTARO, Lucas Ricardo

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

lucas.ricardo@puc-campinas.edu.br

1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, a produção do espaço urbano no Brasil estrutura-se de forma dispersa e marcada pela desigualdade e segregação, ou seja, mais do que uma delimitação político-administrativa, as cidades constituem-se como produto das relações sociais. Essa situação pode ser vista, por exemplo, nas cidades que, no último século, experimentaram crescimento acelerado impulsionado pela expansão econômica e pelo aumento populacional, sem o acompanhamento de políticas públicas suficientes de moradia e infraestrutura urbana para tal.

Este trabalho adota como recorte territorial a cidade de São Paulo entre os anos 1920-1950, uma vez que sua paisagem urbana, inserida no contexto do avanço da industrialização na capital, evidencia fortes contrastes entre áreas privilegiadas e territórios nos quais parcela significativa da sociedade é historicamente negligenciada e, até mesmo, marginalizada. Nesse momento, a maior parte da população excluída do direito formal de habitação era composta por trabalhadores que moviam as indústrias, mas desprovidos de um salário compatível aos custos de se obter uma casa

PENSAR FORA DO EIXO

própria. À época, buscou-se suprir a alta demanda por habitação por meio de cortiços, casas de aluguel e vilas operárias, soluções que, por limitações financeiras ou sanitárias, não chegaram a contemplar a totalidade dos moradores na cidade de São Paulo.

Diante disso, busca-se evidenciar esse segmento social excluído do acesso à moradia formal, destacando sua centralidade na formação de territórios populares, configurando uma situação de produção ativa do espaço pelas classes trabalhadoras que, somadas a iniciativas de um mercado que agia paralelamente ao poder público, forjou os territórios populares na cidade de São Paulo. A relevância deste trabalho, portanto, reside na necessidade de compreender como os chamados “territórios populares” se constituíram em meio às disputas por terra e às políticas urbanas excludentes, revelando as raízes da desigualdade socioespacial que ainda caracteriza São Paulo. Ao articular referências teóricas, análise documental e abordagem indutiva, o estudo contribui para o entendimento crítico das nuances territoriais e das formas de modelos residenciais alternativos que emergiam à margem das políticas formais. Possibilita-se, assim, emergir o perfil social e as paisagens urbanas, além de esclarecer pontos pouco visíveis da história da cidade capitalista.

1.1 Espaço e apropriação

A análise sociológica e a historiografia sobre a cidade de São Paulo têm evidenciado, ao longo das últimas décadas, as relações entre processos urbanos, práticas políticas e dinâmicas sociais que configuram os chamados territórios populares. Nesse contexto, observa-se uma fronteira entre o lícito e o ilícito nas relações urbanas cotidianas e as distintas formas como ela impacta o ordenamento social, conforme as evoluções da cidade. Com efeito, cenários marcados por insegurança e disputas de poder configuram um tecido urbano fragmentado, cujas dinâmicas extrapolam os limites territoriais formais (Telles, 2009). Essa perspectiva permite compreender os modos pelos quais a ocupação do solo urbano e as disputas por moradia se entrelaçam a redes políticas e econômicas locais e configuram determinados espaços.

Sob essa perspectiva, destaca-se o papel da legislação urbana que, segundo Rolnik (1999), caracteriza-se principalmente pela condição de definir as formas legítimas de apropriação do espaço, regulando o desenvolvimento das cidades. Contudo, esse ordenamento normativo também produz delimitações de poder, expressas na constituição de “barreiras invisíveis” no meio urbano. Se por um lado tem-se que a legislação define territórios dentro e fora da lei, por outro estabelece-se uma relação de legalidade e ilegalidade, a qual esteve sempre presente pela contraposição de

PENSAR FORA DO EIXO

territórios ordenados e de alto padrão, e aqueles à margem da sociedade, em desacordo com o que é previsto na lei.

Ademais, observa-se que tais “barreiras invisíveis” impostas pela legislação urbana não se restringem ao plano normativo, mas encontram expressão concreta na história da urbanização brasileira. O processo de industrialização e imigração, sobretudo em São Paulo no final do século XIX e início do século XX, evidencia como a lógica de ordenamento legal se traduziu na segregação espacial e na fundamentação de uma geografia social da cidade em que à medida que a lei estrutura os territórios da riqueza, vai igualmente demarcando aqueles destinados à pobreza (Rolnik, 1999). Por conseguinte, trabalhadores e imigrantes são diretamente afetados, ao passo que, diante da intensa demanda por moradia advinda do crescimento demográfico na época, estes foram empurrados para áreas precárias e à margem da cidade formal.

Dentro dessa lógica, estabelece-se um diálogo direto entre o discurso de Rolnik e o conceito de “espoliação urbana” formulado por Kowarick (1979) em seu livro *“Espoliação urbana”*, segundo o qual o espaço as camadas populares é submetido a um conjunto sistemático de privações e extorsões que se expressam tanto sobre os trabalhadores nas cidades, quanto na precariedade ou ausência de serviços urbanos essenciais - transporte, educação, saúde, saneamento e habitação. Isso evidencia que a segregação socioespacial não se limita à ausência de políticas públicas, mas resulta de um processo estrutural de produção desigual do espaço urbano.

Nesse panorama, dados de 1921 apontam cerca de 70.000 operários empregados em estabelecimentos localizados principalmente em regiões de várzea do rio Tamanduateí, perto das linhas férreas, como o Brás, a Mooca e o Belenzinho (Petrone, 1955) que, apesar de estratégias para a localização das indústrias e transporte ferroviário, são problemáticas do ponto de vista urbano-social, uma vez que seus moradores conviviam com enchentes, pouca salubridade e, conseqüentemente, a proliferação de doenças. Assim, eram áreas excelentes para a lógica industrial, mas uma questão como espaço de moradia, marcadas pela vulnerabilidade socioespacial. Cumpre destacar que apesar da necessidade de maior contingente de trabalhadores para as indústrias, estes recebiam baixas remunerações, o que dificultava seu acesso formal à moradia, seja ela própria ou alugada. Nesse contexto, verifica-se que, além dos cortiços e casas de aluguel, as vilas operárias - difundidas por grande parte do território como forma de assegurar mão de obra por parte das fábricas - revelam não só a relação entre empresa e força de trabalho, valor de uso e valor de troca (Blay, 1985), mas, também, a formação de um padrão de segregação

PENSAR FORA DO EIXO

residencial que se consolidou nessa conjuntura. Nesse meio, constitui-se, também, a recorrência de três elementos centrais na configuração habitacional popular: o loteamento clandestino, a casa própria e a autoconstrução (Mautner, 1999) de forma predominante entre os segmentos da classe trabalhadora que não foram contemplados pelas políticas de moradia operária. Nota-se que tal formação de assentamentos urbanos informais configura um espaço com técnicas construtivas e ferramentas precárias, distantes dos locais de emprego e com baixo padrão de habitabilidade, tratando-se não apenas como um meio econômico para um mínimo acesso à habitação, mas como uma solução de subsistência encontrada por aqueles alijados de seu acesso formal.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho integra uma abordagem qualitativa de caráter histórico-analítico, buscando compreender os processos de formação dos territórios populares na cidade de São Paulo a partir da observação e análise crítica dos fenômenos sociais e políticos ocorridos entre 1920 e 1950. Desse modo, a pesquisa configura-se a partir da articulação entre revisão bibliográfica, análise documental e leitura cartográfica.

Sob essa perspectiva, o repertório bibliográfico necessário para o estudo foi construído por meio da utilização de palavras-chave em repositórios físicos e digitais, sendo elas: conflitos e disputas territoriais na cidade de São Paulo; formação dos territórios populares; gestão municipal de São Paulo; direito à moradia. A seleção de materiais e autores se deu pela sua relevância temática e contribuição para o debate sobre urbanização no Brasil e desigualdade socioespacial, com destaque para Villaça (1978), Kowarick (1979), Blay (1985), Bonduki (1998), Mautner (1999) e Rolnik (1999). Assim, a partir da leitura e análise crítica por assimilação e/ou comparação, entre esses referenciais, e a realização sistemática de fichamentos das obras consultadas, foi possível a construção progressiva de um quadro teórico conceitual sólido que promoveu a interpretação conjunta de discursos e visões apresentadas por cada autor selecionado. Nisso, foi possível identificar categorias centrais do tema da pesquisa, como conflito político, articulações sociais e gestão municipal.

Por fim, no que tange ao caráter territorial, adota-se a cartografia como instrumento interpretativo de dados e configurações urbanas, de modo a interpretar relações sociais, políticas e econômicas expressas na mesma. Portanto, além de uma base bibliográfica textual sólida, a pesquisa se apoia na sistematização de dados históricos, plantas urbanas e registros documentais como a cartografia para melhor localizar as áreas de territórios populares na capital paulista.

PENSAR FORA DO EIXO

Assim, a análise dos materiais foi orientada pela identificação de categorias como segregação socioespacial, produção do espaço e atuação do Estado, permitindo a interpretação crítica das dinâmicas urbanas observadas. De maneira complementar, esta pesquisa de Iniciação Científica está vinculada ao Grupo de Pesquisa de Requalificação Urbana, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, contribuindo para uma linha de investigação maior, com objetivos coletivos e continuidade, além do contato com a orientação de pesquisadores experientes, o que fortalece a qualidade científica do trabalho.

3 RESULTADOS

Após um semestre de pesquisa verificaram-se resultados parciais significativos acerca do tema estudado. A leitura sistemática de autores centrais que analisam a formação urbana paulistana, os processos de segregação socioespacial e as dinâmicas políticas envolvidas na produção do espaço, contribuiu de forma decisiva para o amadurecimento teórico da investigação. Nisso, a análise realizada nesta pesquisa evidencia que a produção do espaço urbano não se reduz a processos econômicos, mas constitui uma construção social atravessada por conflitos, disputas territoriais e estratégias de resistência.

O levantamento de áreas e setores na capital paulista historicamente menos valorizadas e marcados pela autoconstrução permitiu identificar o vetor Sudoeste como o que menos se enquadra nessa configuração, enquanto os vetores Norte, Leste, Sudeste e Sul concentram as regiões mais pobres e desvalorizadas, caracterizadas pela condição de irregularidade ou extraregularidade (Rolnik, 1999). Nesse contexto, são exemplos Barra Funda, Brás, Lapa, Tatuapé, Pinheiros, entre tantas outras regiões que tinham como principal característica a elevada densidade populacional, precariedade habitacional e condições sanitárias insatisfatórias.

No campo metodológico, o contato sistemático com mapas históricos, plantas urbanas e documentos oficiais possibilitaram o desenvolvimento de uma leitura crítica da expansão territorial da cidade de São Paulo, de forma a evidenciar processos de crescimento horizontal, desadensamento populacional e consolidação das periferias. Assim, é possível identificar a marginalização espacial presente, na qual as camadas populares concentram-se em áreas distantes dos centros de emprego e desprovidas de infraestrutura adequada, fornecendo subsídios relevantes para a compreensão da dinâmica socioespacial paulistana no período analisado.

PENSAR FORA DO EIXO

Observa-se ainda a reação político-urbana diante da crise habitacional que se expandia pela cidade, manifestada em cortiços, casas subdivididas e na autoconstrução. Por longo período as periferias permaneceram ausentes das pautas institucionais, resultando em negligência, marginalização e precarização, além da falta de serviços e infraestrutura básica. A visibilidade dessas dinâmicas, entretanto, intensifica-se em meados da década de 1950 com a implementação do Plano de Emergência na gestão de Jânio Quadros. A iniciativa, ao permitir a regularização de construções informais para futura implantação de serviços, evidencia a articulação entre política e produção do espaço periférico. Investimentos públicos são, portanto, consolidados como instrumento de barganha eleitoral (Rolnik, 1999), reforçando práticas clientelistas e a instrumentalização do espaço urbano.

Assim, tais pontos indicam que a formação dos territórios populares em São Paulo não decorre exclusivamente da ausência de políticas públicas, mas de um modelo urbano estruturalmente seletivo, no qual a atuação do Estado, os interesses econômicos e políticos operam conjuntamente na produção desigual desses espaços.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa sobre a constituição dos territórios populares na cidade de São Paulo entre os anos de 1920-1950, tem articulado referenciais teóricos pertinentes ao tema, de forma que tornou possível estabelecer relações existentes à época entre processos de industrialização, políticas urbanas e dinâmicas socioespaciais.

Com base na revisão bibliográfica e na análise documental e cartográfica, foi possível evidenciar que a configuração desses territórios está diretamente relacionada à atuação do Estado (que ora legitima ações segregadoras e ora caracteriza-se pela omissão), à legislação urbanística e às dinâmicas econômicas que orientaram a expansão da cidade. Observa-se que, mais do que resultado da ausência de políticas públicas, os territórios populares emergem de um processo estruturado de produção da desigualdade urbana, no qual as classes trabalhadoras foram progressivamente deslocadas para áreas periféricas e desprovidas de infraestrutura. Isso significa que a segregação socioespacial não se configura como um efeito colateral do crescimento urbano, mas como elemento constitutivo da própria lógica de expansão da cidade.

No entanto, cumpre ressaltar que tais espaços não devem ser compreendidos apenas como locais de carência, mas como expressão ativa da produção do espaço urbano pelas classes populares,

PENSAR FORA DO EIXO

marcada por conflitos e interesses sociais. Ou seja, mais do que uma região configurada à margem da sociedade, os territórios populares representam um espaço marcado por estratégias de sobrevivência, organização social e reivindicação por direitos.

Dessa forma, o desenvolvimento dessa pesquisa de Iniciação Científica não apenas contribui para a reconstrução histórica da formação dos territórios populares na cidade de São Paulo, mas também oferece subsídios para compreender como práticas de segregação se perpetuam e se atualizam, influenciando os desafios urbanos contemporâneos, especialmente no campo da habitação e do direito à cidade. Assim, este trabalho justifica-se tanto pela sua relevância acadêmica, ao aprofundar o debate sobre a urbanização e desigualdade, quanto pela sua pertinência social, ao iluminar questões que permanecem centrais na vida urbana paulistana, explicitando como dinâmicas históricas moldaram a paisagem da atual São Paulo e continuam exercendo influência no que tange à necessidade de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. **Cem anos de promiscuidade**: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 59-64.

MAUTNER, Yvonne Miriam Martha. A periferia como expansão do capital. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP; FUPAM, 1998, p. 245-260.

TELLES, Vera da Silva. **Nas dobras do legal e do ilegal**: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. In: **DILEMAS** – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. São Paulo, v. 2, n. 5-6, 2010, p. 97-126.

MOTA, Cesário. **Habitação popular**: cortiços em São Paulo (1890-1940). São Paulo: Universidade de São Paulo, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2022.

PETRONE, Pasquale. **A cidade de São Paulo no século XX**: São Paulo transforma-se em metrópole industrial. **Revista de História**, São Paulo, v. 6, n. jan./jun. 1955, p. 127-170.

ROLNIK, Raquel. **Para além da lei**: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida; LINS, Sonia C.; SANTOS, Maria do Pilar C.; SANTOS, Murilo da



PENSAR FORA DO EIXO

Costa (org.). **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDESP, 1999.

VILLAÇA, Flávio. **A estrutura territorial da metrópole sul brasileira: áreas residenciais e comerciais**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1978.